

Representantes de servidores entregam a presidente da Câmara pedido de suspensão da PEC 32/20

Parlamentares e entidades de classe entregaram ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL), na quarta-feira (9/6), o abaixo-assinado criado pela Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, com apoio da Frente Servir Brasil, que reúne quase 130 mil assinaturas e solicita a suspensão da tramitação da PEC 32/2020, da Reforma Administrativa. O assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Wilson Antonio Romero, participou do encontro virtualmente e a presidente da Fundação ANFIP, Margarida Lopes de Araújo, esteve no ato presencial.

O documento, entregue pelo deputado Rogério Correia (PT/MG), um dos coordenadores da Frente, afirma que a matéria deve seguir bloqueada durante a pandemia, pois as restrições de atividades presenciais impedem a participação de representações sociais, que é extremamente necessária para a discussão do tema. Os signatários do documento pedem ainda que a proposta de Reforma Tributária seja colocada em pauta antes da Reforma Administrativa.

Lira defendeu o trabalho do Congresso, dizendo que, mesmo na pandemia, a Casa tem



trabalhado muito e que ele jamais deixaria passar uma proposta que tirasse algum direito dos atuais servidores. A deputada Alice Portugal (PCdoB/BA) defendeu que a PEC afeta sim os atuais e desestimula os novos servidores. Além de não ser o momento correto para debatê-la, devido à complexidade do tema, que pode gerar impactos imprevisíveis.

Também estiveram presentes o deputado

Israel Batista (PV/DF), presidente da Frente Servir Brasil; Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate); Sérgio Ronaldo, secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), e diversas representações dos servidores, todos seguindo os protocolos de segurança sanitária.

Instalada Comissão Especial da Reforma Administrativa

Após ato conjunto em frente à Câmara dos Deputados, promovido por diversas entidades e as Frentes Parlamentares em defesa do serviço público, e a entrega do abaixo-assinado ao presidente Arthur Lira, foi instalada, na quarta-feira (9/6), a Comissão Especial destinada a analisar a PEC 32/20 (Reforma Administrativa). Na reunião, o deputado Fernando Monteiro (PP/PE) foi eleito presidente do colegiado e o deputado Arthur Oliveira Maia (DEM/BA), designado relator.

A composição da Comissão pode ser conferida [AQUI](#), que ainda aguarda as indicações de parlamentares de alguns partidos. Ao longo da reunião, parlamentares integrantes do colegiado expressaram suas opiniões sobre a Reforma Administrativa, entre eles o coordenador da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, deputado Rogério Correia (PT/MG), que enfatizou a importância de se realizar um amplo debate sobre a proposta, devido à complexidade do tema. O parlamentar alertou ainda para a dificuldade de mobilização neste

período de pandemia, o que é prejudicial para a discussão, e salientou que, antes da Reforma Administrativa, o Congresso deveria deliberar a Reforma Tributária.

O deputado Israel Batista (PV/DF), coordenador da Frente Servir Brasil, expôs sua preocupação com a falta de relatórios mais aprofundados que embasem a PEC 32/20. O parlamentar informou que disponibilizará ao colegiado a coletânea de estudos feita pela Frente e análises produzidas pelo Fonacate (Fórum Nacional de Carreiras Típicas de Estado). “Não queremos que o debate seja feito em cima de dados falaciosos, de dados que trazem incorreções que visam confundir a opinião pública. Queremos tratar do tema com base em dados corretos”, destacou.

A Comissão Especial volta a se reunir na próxima quarta-feira (16/6) para apresentação do plano de trabalho, deliberação de requerimentos e eleição dos vice-presidentes.

Reforma Administrativa domina pauta da semana

PÁGINA 2

Entidades avaliam dificuldades de acesso a serviços Gov

PÁGINA 4

A pandemia não acabou; mantenha cuidados básicos

PÁGINAS 7

Parlamentares comentam impactos da Reforma Administrativa em live promovida pela ANFIP

A ANFIP recebeu na quarta-feira (9/6), em debate virtual, os deputados Fábio Trad (PSD/MS) e Gervásio Maia (PSB/PB) para analisar os impactos da Reforma Administrativa (PEC 32/20), em tramitação na Câmara dos Deputados. O evento faz parte da Série Live ANFIP, realizada em parceria com a Agência Servidores.

Nesta edição, também participaram como convidados os jornalistas Vera Batista, do Blog do Servidor do Correio Braziliense, e Umberto Goularte, da Agência Servidores.

O presidente da ANFIP, **Décio Bruno Lopes**, afirmou que há diversas questões que precisam ser respondidas pelo governo em relação à matéria, como quais melhorias serão realmente trazidas pela Proposta de Emenda à Constituição e se a prestação de serviço entre Estado e iniciativa privada não traria a instabilidade da prestação de serviço público.

Wilson Antonio Romero, assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, alertou que é preciso entender o que se pretende e aonde se quer chegar com uma reforma nos moldes da PEC 32/20. Ele também lembrou que tanto os atuais quanto os futuros servidores serão afetados, caso a Reforma Administrativa seja aprovada. “O governo tem iludido o conjunto dos servidores e dito à sociedade que a reforma não afeta os atuais servidores, quando atestamos, com estudos da consultoria do próprio Senado, do Dieese e inúmeros outros, que, ao desmontar o Regime Jurídico Único, ao flexibilizar a estabilidade, ao permitir a redutibilidade salarial, a proposta, efetivamente, atinge os atuais servidores”, ressaltou.

O deputado **Fábio Trad**, em seu

pronunciamento, destacou em primeiro lugar a inoportunidade em que acontece a discussão da Reforma Administrativa: “Está sendo feita em um momento de luto. O Brasil hoje, infelizmente, é um grande cemitério”. Segundo o parlamentar, toda a energia da Nação precisa estar voltada ao combate à pandemia da Covid-19. “Precisamos deixar essa inoportunidade, que é atemporal, exposta para a sociedade. [...] É uma reforma que não fará bem ao país”. Fábio Trad também criticou quem defende essa reforma que está sendo proposta e disse que “é ingenuidade pensar que a iniciativa privada vai substituir o Estado”.

Já o **deputado Gervásio Maia (PSB/PB)**, indicado como titular da Comissão Especial criada para analisar o mérito da PEC 32/20, comentou que há uma fragilidade muito grande do governo em relação à proposta, pois faltam argumentos consistentes sobre os benefícios que trará ao país. “A Reforma Administrativa faz parte de um plano, desmonta as conquistas que foram celebradas ao logo de décadas no Congresso Nacional”, lamentou. O deputado também destacou que a mobilização dos servidores foi o ponto crucial para a reversão de votos na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

O deputado **Darci de Matos (PSD/SC)**, relator da proposta na CCJ, em depoimento gravado com exclusividade para a Live ANFIP, explicou as mudanças que fez no texto da PEC e as emendas que pretende apresentar. “Em hipótese alguma nós vamos mexer nos direitos adquiridos dos atuais servidores. Se tiver alguma dúvida no texto da PEC, me parece que tem, que possa mexer, eventualmente, nos direitos

adquiridos dos servidores, nós vamos pacificar e clarear. Nós vamos mexer nesse texto na Comissão Especial. Esse é o meu compromisso, esse é o nosso compromisso com os servidores”, afirmou o deputado.

Ainda durante o debate, **Umberto Goularte**, jornalista da Agência Servidores, lembrou que a Constituinte de 1988 trouxe a estabilidade ao servidor justamente com a intenção de evitar nomeações políticas e, agora, o governo, ao contrário da modernização que afirma, quer o retrocesso, tirando a estabilidade e abrindo margem para contratações políticas.

Vera Batista, do Correio Braziliense, observou que a discussão da reforma acontece em um clima de ódio que se instalou no país e relatou que, em algumas conversas de bastidor, observou a preocupação com a grande parcela da população que ficará desassistida pelo Estado. “Essa reforma vai funcionar e o que vai acontecer com esse grupo de pessoas desvalidas que não tem outra saída a não ser o serviço público”, questionou.

Foram ouvidos ainda, em depoimento, os deputados **Glauber Braga (PSol/RJ)**, que afirmou que o interesse do governo é diminuir qualquer tipo de regulamentação, acompanhamento e fiscalização do poder público sobre a iniciativa privada e fazer negócios com o que seria de interesse público; e **Zé Carlos (PT/MA)**, que destacou que a PEC 32/20 não traz benefícios, deixa os servidores públicos vulneráveis e “vai aparelhar o serviço público para governante de plantão”, e declarou: “não podemos deixar que essa PEC passe.”

Assista [AQUI](#) à íntegra do debate.

EXPEDIENTE LINHA DIRETA

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
SEDE: SBN Qd. 01 BL. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Linha Direta é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETOR RESPONSÁVEL
Benedito Cerqueira Seba

EDITORA
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado e
Thayná Cavalcante.

ESTAGIÁRIA
Marina Rodrigues

EDITORACÃO ELETRÔNICA
Gilmar Vitalino e Allan Vitalino

CONSELHO EDITORIAL
Décio Bruno Lopes
Eucélia Maria Agrizzi Mergár
Crésio Pereira de Freitas
José Arinaldo Gonçalves Ferreira
Benedito Cerqueira Seba
Cesar Roxo Machado



www.instagram.com/anfipnacional



www.facebook.com/anfip.nacional



www.twitter.com/anfipnacional



www.youtube.com/anfipoficial

Entidades promovem ato coletivo contra a Reforma Administrativa

Na quarta-feira (9/6), entidades sindicais e associativas, lideranças populares e parlamentares de diferentes partidos se reuniram em frente à Câmara dos Deputados para manifestação conjunta contra a Reforma Administrativa e para aguardar reunião com o presidente da Casa, deputado Arthur Lira (PP/AL). O encontro foi promovido pela Frente Parlamentar Mista do Serviço Público.

O documento solicita a suspensão da tramitação da Reforma Administrativa durante o período de pandemia no Brasil, que acaba por impedir ou dificultar amplas discussões sobre a pauta com a participação de representantes da oposição e membros da sociedade civil.

Além disso, sugere que a Reforma Tributária seja analisada antes da PEC 32/2020, tendo em vista que somente após o aprimoramento das dinâmicas tributárias nacionais seria possível a promoção de debates acerca de uma eventual reestruturação administrativa, capaz de alterar disposições constitucionais sobre a organização dos atuais e futuros servidores públicos.



A transmissão do ato, que seguiu todas as medidas de biossegurança recomendadas pelas autoridades sanitárias, pode ser assistida pelo link bit.ly/358EOQc.

Frente do Serviço Público discute táticas para barrar a tramitação da PEC 32/20

Em reunião na segunda-feira (7/6), coordenada pelo vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial da ANFIP, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, a Frente Parlamentar Mista do Serviço Público discutiu novamente o cenário de tramitação da PEC 32/2020, da Reforma Administrativa. O assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, também esteve presente.

As entidades defendem prioritariamente a suspensão da tramitação, porém avaliam a possibilidade de apresentação de emendas para redução de danos.

O deputado Rogério Correia (PT/MG) participou da reunião e criticou as votações dos parlamentares realizadas por aplicativo de celular. Apesar de o formato ser estabelecido com o objetivo de evitar que o plenário fique cheio durante a pandemia, se torna prejudicial, pois dificulta as articulações, especialmente no caso de uma matéria complexa como a Reforma Administrativa. “É uma votação desvantajosa, então tem que ter

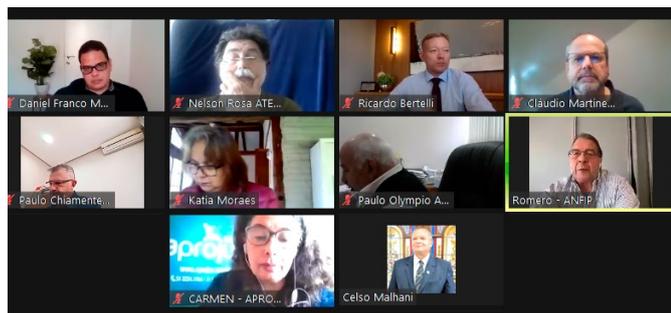


pelos menos as 40 sessões na Comissão Especial para barrar ou pelo menos minimizar os efeitos”, afirmou.

Vilson Romero destacou que é extremamente necessário reforçar para toda a sociedade quais aspectos da Reforma são prejudiciais para os atuais servidores, e ter esses pontos

muito claros na interlocução com os parlamentares. “A discussão de mérito vem dos deputados em sua base. A maioria dos deputados nem leram a PEC e vão recorrer às lideranças do partido para decidir o voto”, alertou, ressaltando ainda a importância de pressioná-los para que votem contra o projeto.

União Gaúcha debate estratégias de mobilização contra a Reforma Administrativa



Na segunda-feira (7/6), a ANFIP, representada pelo assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, participou de mais uma reunião da União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública, formada por entidades representativas dos servidores públicos federais, estaduais e municipais de toda a região Sul.

A reunião foi realizada em formato virtual e teve como

objetivo a atualização dos participantes acerca da atual conjuntura política e da tramitação da PEC 32/2020 no Congresso, bem como o alinhamento de estratégias de mobilização contra a Reforma Administrativa e em defesa dos interesses dos servidores e da população brasileira.

A reunião foi coordenada por Filipe Leiria, presidente da União; Celso Malhani, coordenador da Equipe Parlamentar do Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate); e Vilson Romero, também diretor da Agafisp, Estadual da ANFIP no Rio Grande do Sul.

Diante das indicações de parlamentares dos partidos, a Frente Gaúcha deliberou atuar sobretudo nas redes sociais e, quando possível, presencialmente, na articulação com os parlamentares envolvidos. A intenção é convidá-los a participarem de diversos debates com os movimentos e a sociedade civil, a fim trazer o tema a público e conscientizar a todos sobre os prejuízos da Reforma ao país.

ANFIP e MOSAP analisam soluções para facilitar acesso de aposentados e pensionistas a serviços Gov



Na terça-feira (8/6), o Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (MOSAP) promoveu uma reunião virtual com os representantes das entidades de classe, incluindo a ANFIP, com o intuito de analisar o nível de adaptação da categoria à modernização dos serviços disponibilizados virtualmente pelo governo federal, como a Prova de Vida Digital e os aplicativos SouGov, MeuGov.br e Meu INSS.

A pauta se deu pela queixa de inúmeros associados, majoritariamente idosos, que não possuem conhecimento digital ou ajuda de terceiros para auxiliá-los nos processos não presenciais, o que acaba por prejudicar a autonomia e dificultar a inclusão nos referidos sistemas.

Como solução, os participantes sugeriram, em consenso, o encaminhamento de um ofício ao ministério da Economia, especificamente ao Decipex (Departamento de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgãos Extintos), solicitando que, na medida do possível,

sejam mantidos os atendimentos presenciais, respeitando o distanciamento, o uso de máscaras e as demais medidas sanitárias recomendadas pelas autoridades de saúde.

Com a solicitação, pretende-se aproveitar o período de suspensão da obrigatoriedade da Prova de Vida e do recadastramento para aperfeiçoar os serviços e integrar, da maneira mais confortável possível, os servidores públicos ativos, aposentados e seus pensionistas, seja oferecendo mais informações ou diferentes opções de atendimento.

“Por enquanto não temos prejuízos, face ao fato de os procedimentos estarem suspensos, mas é importante que tenhamos condições facilitadas para que todos possam ir se atualizando para evitar danos futuros. Aproveitando o momento em que a obrigatoriedade dos serviços está suspensa para alinhar os meios”, afirmou o presidente do Movimento, Edison Haubert.

Diante da pauta, foi sugerida uma reforma digital no MOSAP, com o objetivo de direcionar a tecnologia a favor das mobilizações, utilizando estratégias de marketing digital para intensificar os trabalhos a distância, sobretudo nas redes sociais, na tentativa de pressionar os parlamentares, tanto para as reformas em curso quanto para as eleições de 2022.

O grupo se reunirá novamente no dia 13 de junho para definir novas ações em prol da conscientização de aposentados de todo o Brasil.

Pela ANFIP, estiveram presentes a vice-presidente de Aposentadorias e Pensões, Tereza Liduina Santiago Félix, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

PEC 32/20: Reforma impacta atuais e futuros servidores

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, chamada de Reforma Administrativa, altera dispositivos constitucionais sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa. A ANFIP, junto a diversas entidades representativas das carreiras do funcionalismo, tem se mobilizado, das mais diversas formas, e procurado os parlamentares para alertar sobre os prejuízos que a PEC acarretará não somente para os servidores públicos, como, também, para toda a sociedade.

A seguir, confira os principais pontos da proposta, que, se aprovada, vai impactar tanto os futuros servidores públicos quanto os atuais.

– Reforma em três fases:

A intenção do Executivo, autor da proposta, é fazer a Reforma Administrativa em três fases:

1 – PEC 32/2020: Novo regime de vínculos, alteração organizacional da administração pública e fim imediato de alguns benefícios;

2 – Projetos e projetos de lei complementar serão apresentados para tratar de gestão de desempenho, diretrizes de carreiras e cargos, funções e gratificações;

3 – Será apresentado o Projeto de Lei Complementar do Novo Serviço Público tratando de direitos e deveres, estrutura remuneratória e organização das carreiras.

– Formas de contratação e ingresso no serviço público:

A PEC 32/20 cria cinco formas de contratação para os novos servidores públicos. São eles:

I – vínculo de experiência, como etapa de concurso público;

II – vínculo por prazo determinado;

III – cargo com vínculo por prazo indeterminado (via concurso público);

IV – cargo típico de Estado (via concurso público); e

V – cargo de liderança e assessoramento (que substituirão os cargos comissionados e funções gratificadas).

– Estabilidade:

A PEC 32/20 faz uma ampla mudança no Regime Jurídico Único e coloca em seu lugar uma multiplicidade de regimes de contratação no serviço público, decorrendo, portanto, a extinção da estabilidade para a quase totalidade dos servidores públicos. Essa prerrogativa não valerá apenas para cargos típicos de Estado. Os demais servidores poderão ser demitidos não somente em situação de excesso de despesas, como de eventual excesso de



pessoal, ou em decorrência de avaliação de desempenho, que não dependerá de lei complementar para ser regulamentada.

– Regime previdenciário:

Se aprovada a proposta do governo, apenas os futuros servidores ocupantes das carreiras típicas de Estado se vincularão necessariamente aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Os demais poderão recolher contribuições para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), organizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). No caso dos contratos por prazo indeterminado, em especial nos estados, DF e municípios, os entes terão um prazo de dois anos – a partir da entrada em vigor da emenda constitucional – para fazerem a opção por alocar esses servidores no RGPS ou no RPPS.

– Aposentadoria compulsória:

A PEC 32/2020 propõe nova alteração ao art. 201 da CF, recentemente alterado pela EC 103, de 2019, em seu §16, por ela introduzido. Com a EC 103, passou a ser prevista a aposentadoria compulsória aos 75 anos para empregados de estatais. A nova redação vai além e explicita que, além da aposentadoria compulsória, haverá a extinção automática do vínculo.

– Vedações a direitos e garantias já existentes:

Outro ponto de atenção fundamental da PEC-32, para os atuais servidores, são as inovações trazidas pelo novo inciso XXIII do caput do art. 37, que prevê uma série de vedações. Veja a seguir:

a) férias em período superior a trinta dias pelo período aquisitivo de um ano;

b) adicionais referentes a tempo

de serviço, independentemente da denominação adotada;

c) aumento de remuneração ou de parcelas indenizatórias com efeitos retroativos;

d) licença-prêmio, licença-assiduidade ou outra licença decorrente de tempo de serviço, independentemente da denominação adotada, ressalvada, dentro dos limites da lei, licença para fins de capacitação;

e) redução de jornada sem a correspondente redução de remuneração, exceto se decorrente de limitação de saúde, conforme previsto em lei;

f) aposentadoria compulsória como modalidade de punição;

g) adicional ou indenização por substituição, independentemente da denominação adotada, ressalvada a efetiva substituição de cargo em comissão, função de confiança e cargo de liderança e assessoramento;

h) progressão ou promoção baseada exclusivamente em tempo de serviço;

i) parcelas indenizatórias sem previsão de requisitos e valores em lei, exceto para os empregados de empresas estatais, ou sem a caracterização de despesa diretamente decorrente do desempenho de atividades; e

j) a incorporação, total ou parcial, da remuneração de cargo em comissão, função de confiança ou cargo de liderança e assessoramento ao cargo efetivo ou emprego permanente.

Fonte: Com informações do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico) e do consultor legislativo Luiz Alberto dos Santos.

GT Mulheres do MCCE debate paridade de gênero e combate à corrupção



A ANFIP, representada pelo assessor de Estudos Socioeconômicos, Wilson Antonio Romero, acompanhou, na quinta-feira (10/9), o evento on-line "Lei Ficha Limpa 11 anos: paridade de gênero e combate à corrupção nas eleições

de 2022", realizado pelo Grupo de Trabalho Mulheres do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE).

O objetivo do debate foi contextualizar a importância da Lei da Ficha Limpa nos processos eleitorais da última década e seu papel imprescindível para a democracia. Com participação de diversas especialistas da área do Direito, também foi destacada a necessidade de impulsionar a participação feminina na política do país e busca por paridade nos espaços de decisão política.

Wilson Romero, que interagiu através do chat e do envio de perguntas, lembrou que "a maioria do eleitorado é feminino" e defendeu o incentivo ao voto em mulheres candidatas. "Sugiro que se preparem para se candidatar no ano que vem. Precisamos de vocês no Congresso ou nas Assembleias Legislativas", declarou Romero, em apoio à candidatura feminina.

O evento, transmitido pelo Youtube, no Canal MCCE. Assista ao debate completo [AQUI](#).

Auditoria Cidadã realiza Seminário Nacional Virtual; inscreva-se



Começa na sexta-feira (11/6) o seminário "Centralidade do Sistema da Dívida no modelo econômico que amarra o Brasil e a urgência de auditoria integral com participação social", realizado pela Auditoria Cidadã da Dívida (ACD). As inscrições são gratuitas e podem ser feitas [AQUI](#).

Serão cinco encontros virtuais, sempre às sextas-feiras (de 11/6 a 9/7), sendo realizados dois painéis a cada edição, um às 9 horas e outro às 19 horas. A transmissão será ao vivo,

pelo canal da Auditoria Cidadã da Dívida no YouTube.

Segundo os organizadores, essa é uma oportunidade de aprofundar os conhecimentos sobre os temas que evidenciam a centralidade da atuação do Sistema da Dívida. "Em todas as esferas (federal, estadual e municipal), a chamada dívida pública tem sido usada para justificar contrarreformas, privatizações e cortes que confluem para o atraso do desenvolvimento socioeconômico do Brasil, por isso visamos, com este evento, reforçar a necessidade urgente de realizar auditoria integral da chamada dívida pública, com ampla participação da sociedade, e impulsionar a mudança em direção a outro modelo econômico que garanta vida digna para todas as pessoas e respeite o ambiente", afirma Maria Lúcia Fattorelli, coordenadora nacional da ACD.

A ACD informa que, durante o seminário, o público poderá fazer perguntas por escrito, "desde que a pessoa se identifique, faça pergunta objetiva e apresente via chat até o final das palestras" e que os inscritos receberão sugestões de material para leitura e certificado de participação.

Eleição VivaPrev: Conheça o perfil dos candidatos



Entre os dias 14 e 18 de junho, a Fundação Viva de Previdência (VivaPrev), da qual a ANFIP é instituidora, realizará a eleição dos representantes para os Conselhos Deliberativo e Fiscal.

As candidaturas são realizadas em dupla e contam com a participação de associados da ANFIP. Para o Conselho Fiscal, concorre o ex-presidente da ANFIP, Jorge Cezar Costa, como titular da dupla 1, tendo como suplente Nelson Luiz Malinowski. Para o Conselho Deliberativo, formam a dupla 4 a diretora vice-presidente da ANFIP-MG, Ana Maria Moraes da Silva, como suplente, e Sibeles Machado de Souza Monteiro, como titular.

Acesse [AQUI](#), a lista com o perfil dos candidatos, contendo o currículo e as principais propostas de mandato. Na página também estão disponíveis os regulamentos, estatutos e demais documentos para consulta. Participe, seu voto é muito importante!

A pandemia ainda não acabou; cuide-se!

Passado mais de um ano de pandemia, o Brasil ainda enfrenta um momento crítico. Os órgãos de Saúde mostram, diariamente, que os casos de contaminação e mortes em decorrência da covid-19 permanecem elevados em vários estados brasileiros. Com a sobrecarga do sistema de Saúde, a situação se torna cada vez mais grave, portanto, é necessário se proteger, para também proteger aqueles que você ama.

Mesmo as pessoas que já se vacinaram precisam ter cuidado, pois, segundo especialistas, quem recebeu o imunizante ainda pode continuar sendo um agente de transmissão da doença. Além disso, a vacinação ainda não contempla a quantidade necessária da população para atingirmos uma imunidade coletiva ao vírus. Ainda temos um longo caminho pela frente.

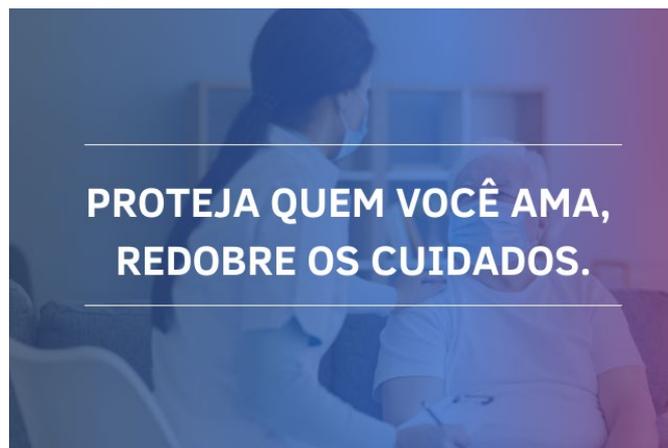
Nesta situação tão delicada, em que muitos já estão cansados, a ANFIP, preocupada com a saúde de seus associados, orienta que mantenham as medidas necessárias de prevenção contra o coronavírus.

Relembre os cuidados básicos recomendados pelo Ministério da Saúde para se prevenir da doença:

- Lave com frequência as mãos até a altura dos punhos, com água e sabão, ou então higienize com álcool em gel 70%. Essa frequência deve ser ampliada quando estiver em algum ambiente público ou tocar superfícies e objetos de uso compartilhado.

- Ao tossir ou espirrar, cubra nariz e boca com lenço ou com a parte interna do cotovelo. Não tocar olhos, nariz, boca ou a máscara de proteção fácil com as mãos não higienizadas.

- Mantenha distância mínima de 1 (um) metro entre pessoas em lugares públicos e de convívio social. Evite abraços, beijos e apertos de mãos.



**PROTEJA QUEM VOCÊ AMA,
REDOBRE OS CUIDADOS.**

- Higienize com frequência o celular, brinquedos das crianças e outros objetos que são utilizados com frequência.

- Não compartilhe objetos de uso pessoal como talheres, toalhas, pratos e copos.

- Mantenha os ambientes limpos e bem ventilados.

- Se estiver doente, evite contato próximo com outras pessoas, principalmente idosos e doentes crônicos, busque orientação pelos canais on-line disponibilizados pelo SUS ou atendimento nos serviços de saúde e siga as recomendações do profissional de saúde.

- Durma bem e tenha uma alimentação saudável para manter uma boa imunidade.

- Recomenda-se a utilização de máscaras em todos os ambientes. As máscaras de tecido (caseiras/artesanais) não são Equipamentos de Proteção Individual (EPI), mas podem funcionar como uma barreira física, em especial contra a saída de gotículas potencialmente contaminadas.

Se sentir algum dos sintomas da covid-19, procure uma unidade de Saúde. Proteja a você e a quem você ama, siga os protocolos e juntos venceremos esta situação!

Benefícios

Adquira seu Chevrolet com bônus exclusivo para associados

Aproveite os descontos da Chevrolet e saia com seu amor de carro novo no mês dos namorados. Por meio da parceria com o programa Amigos Chevrolet, os associados da ANFIP têm direito a uma tabela especial de bônus na compra de veículos.

Não perca essa chance e economize na compra do seu carro novo. As vantagens do programa são válidas para você e seus parentes de 1º grau (pais, filhos e cônjuge).

Aproveite a prorrogação do desconto de 30% em passagens aéreas

Está planejando uma viagem bacana e com economia? A plataforma de benefícios ANFIP Tem +Vantagens prorrogou até sábado (12/6) a promoção que dá 30% de desconto, em qualquer trecho nacional, em voos da Latam.

Não perca essa oportunidade de economizar, acesse já o [site](#) e garanta sua passagem!

Surpreenda quem você ama com as ofertas do Clube de Vantagens

Ainda não escolheu seu presente de Dia dos Namorados? As lojas parceiras do Clube de Vantagens da ANFIP oferecem os melhores presentes com ofertas especiais de até 25% de

desconto nas compras.

Acesse anfip.temvantagens.com.br e confira todas as lojas disponíveis. Presenteie seu amor com economia!

Confira os benefícios especiais oferecidos aos associados da ANFIP



Você conhece todos os benefícios disponibilizados pela ANFIP? Além do acompanhamento da agenda política em todos os Poderes da República, relacionada aos interesses dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, a Entidade oferece muitos outros benefícios que só quem é associado pode usufruir. Entre eles, Financiamento de Equipamentos

de Informática, Reembolso de Cursos e Auxílio Judiciário. Confira abaixo mais detalhes sobre as vantagens.

Financiamento de Equipamentos de Informática – Os associados da ANFIP podem adquirir equipamentos de informática por meio de financiamento. O valor pode chegar a R\$ 4 mil e ser pago em até 12 vezes. Para solicitar entre em contato com protocolo@anfip.org.br.

Reembolso de Cursos - Contribuindo com a qualificação profissional e no desenvolvimento cultural e humanístico dos associados, a ANFIP oferece reembolso de parte dos custos com algumas modalidades de cursos, como os de gestão pública e pós-graduação, de informática, de idiomas e tiro (exigido pela Receita Federal do Brasil) . O diferencial é que o programa inclui cursos de dança, yoga e pilates. Conheça aqui a resolução que detalha os benefícios, com os respectivos valores. Em caso de dúvida, envie um e-mail para zuleide@anfip.org.br.

Auxílio Judiciário - Trata-se de um auxílio financeiro, concedido proporcionalmente ao período de contribuição com a Entidade. O período para cálculo é limitado a 50 mensalidades.

Estadual

Diretoria da Agafisp programa novas atividades para o segundo semestre



Em reunião na segunda-feira (7/6), a diretoria da Estadual da ANFIP no Rio Grande do Sul (Agafisp), presidida por Luiz Carlos

Santos da Silva, analisou diversas questões de interesse do quadro social, entre elas, a tramitação da Reforma Administrativa, a participação na

Frente Gaúcha e o adiamento da Convenção Nacional da ANFIP.

Também foram avaliados os últimos eventos on-line da entidade referentes ao Dia das Mães e ao Aniversário de 59 anos da Agafisp, todos com expressiva participação dos associados e referências e mensagens elogiosas.

O vice-presidente José Amilton Freire também relatou os resultados do atendimento do plantão do Imposto de Renda que teve boa receptividade entre os associados.

A diretora Cultural, Elisabete Diniz anunciou alguns eventos que pretende realizar no segundo semestre, entre eles a comemoração ao Dia dos Pais, para o qual pediu sugestões de temas aos membros da Diretoria, a serem apresentados nos próximos dias.